

DICIONÁRIO DA EXPANSÃO PORTUGUESA

1415-1600

VOLUME 1
DE A A H

DIREÇÃO
Francisco Contente Domingues

Círculo de Leitores

GUARNIÇÃO MILITAR

distintas das que se encontravam em terra. A dimensão do navio, o número de homens embarcados, a duração da viagem e tempo em alto-mar sem aportar impunham uma organização muito mais rigorosa e atenta, aliás refletida no esforço da Coroa em cedo regulamentar as atividades comerciais e militares em ambiente marítimo. As armadas de galés, de guarda-costa, a Armada do Estreito, a Armada das Ilhas, continham efetivos militares atribuídos além dos bombardeiros. A armada da Índia contava sobretudo com bombardeiros, constituindo o restante pessoal militar uma guarnição efémera, pois a quase totalidade destinava-se ao Estado da Índia ou, no sentido inverso, ao reino, no fim das suas comissões. Regra geral, as mesas de marinagem, ou seja, as provisões, dinheiro e mantimentos que sustentavam a tripulação, eram separadas das dos homens de armas em trânsito e passageiros a bordo. A guarnição militar do navio, quando a havia, recebia da mesa da marinagem. Perante a crescente ameaça turca e atividade corsária no Atlântico, D. Sebastião ordenou em 1571 que também os navios mercantes passassem a andar armados, não só com artilharia mas com guarnições militares, proporcionais na sua composição à tonelagem do navio, o que obrigou à contratação de efetivos militares cuja experiência e mérito nos é praticamente desconhecida.

Gonçalo Couceiro Feio

BIBLIOGRAFIA

- ANTT, Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo, n.º 617.
- Azevedo, Pedro de, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, t. II, Lisboa, ACL, 1934.
- Cosme, João, *A Guarnição de Safim em 1511*, Lisboa, Caleidoscópio/CHUL, 2004.
- Menezes, José de Vasconcellos e, *Armadas Portuguesas, de Meados do Século XIV a Meados do Século XVI: Alimentação e Abastecimento*, Lisboa, Resistência, 1980.
- Pissurlencar, Panduronga, *Regimentos das Fortalezas da Índia*, Goa, Governo Geral do Estado da Índia, Tipografia Rangel, 1951.

GUERRA – A expansão portuguesa é filha da guerra e não teria sido possível sem o investimento que o país fez no seu aparelho militar ao longo dos séculos xv e xvi. O ato inaugural da conquista de Ceuta, em 1415, foi uma complexa operação bélica, minuciosamente preparada e que deu o tom para o que se iria passar até aos finais de Quinhentos: a projeção de Portugal além dos seus limites continentais, à custa de um esforço de guerra constante e pluricontinental que ainda hoje impressiona ter sido possível num país com esta escala e com as dificuldades financeiras que acusava nos inícios do século xv. Entalado entre o mar e o muro de Castela (no dizer de Zurara), Portugal escolheu a morada de Neptuno e preparou as armas para a conquistar. Até 1495 (morte de D. João II), o país viveu um tempo de ajustamento das estruturas militares herdadas da Idade

Média. Na Europa, a guerra convertia-se num saber especializado e multidisciplinar (tática, matemática, geometria, música), com um comando profissional e com exércitos mais volumosos e capazes de operarem longe das suas bases durante períodos prolongados. As armas de fogo impuseram-se um pouco por toda a parte, com a pólvora granulada e o fabrico em melhor ferro forjado ou em bronze a substituírem as anteriores técnicas de preparação da pólvora em pó ou a velha metalurgia. Generalizaram-se as armas de fogo portáteis, com projéteis inicialmente em ferro e depois em chumbo, que evoluíram para espingardas de mecha ou fecho de serpentina que permitiam mais fácil manuseamento, maior cadência de tiro e pontaria mais certa. No assalto fracassado a Tânger, em 1437, já temos notícia de espingardeiros portugueses, que reaparecem em Alfarrobeira (1449) para triunfarem durante o reinado de D. Afonso V (1448-1481), como documentam as Tapeçarias de Pastrana (conquistas de Arzila e de Tânger, 1471). Durante a regência de D. Pedro (1439-1448), foi criado o cargo de vedor-mor da artilharia e iniciou-se uma política de aquisição de armamento em países do norte da Europa (como a Flandres), o que veio recheiar o arsenal de Lisboa. Tanto o Africano como o Príncipe Perfeito prosseguiram esta política, e a D. João II se deve a remodelação de oficinas de material de guerra, o desenvolvimento de novas bocas de fogo, a criação de um corpo de 35 bombardeiros

do mar (1489) e a concessão de estímulos à fixação de armeiros.

A arquitetura militar renovou-se, com o triunfo da fortificação abaluartada, expressão de um saber técnico especializado que visava responder aos desafios apresentados pelas armas pirobásticas. Na construção naval, reforçaram-se os estaleiros navais e instalou-se artilharia a bordo (como falcões e berços, munidos de munhões e de bragas). Embora não se possa falar numa revolução nos métodos de recrutamento, muito menos na existência de um exército (ou de uma frota) permanente em Portugal, deram-se passos para a profissionalização de alguns setores, como a guarda real.

Este ajustamento decorreu em paralelo com a primeira fase da expansão portuguesa e em estreito diálogo com ela. Ao longo de grande parte do século xv, o projeto evidenciou numerosas hesitações e contradições, entre corso e comércio, entre o envolvimento da Coroa e o de particulares, entre os interesses da nobreza e os dos concelhos marítimos, mas o Norte de África constituiu sempre uma prioridade e uma paixão; repare-se que o infante D. Henrique se fez quatro vezes ao mar, mas sempre com destino ao continente africano. Depois da conquista de Ceuta, seguiram-se as tomadas ou ocupações de Alcácer Ceguer (1458), de Arzila e Tânger (1471) e de Azamor e Mazagão (em 1486). Foram construídas numerosas fortalezas, e mesmo D. João II – que reorientou o projeto expansionista

GUERRA

num sentido mais centralista, mercantil e internacional – investiu na sua edificação (São Jorge da Mina, 1482).

Em África, os portugueses tiveram de reaprender a fazer a guerra, perante a natureza dos adversários e as circunstâncias do seu isolamento. Recuperaram-se velhos modelos táticos do tempo da Reconquista, como se esta recomeçasse agora do outro lado do mar. Aperfeiçoou-se uma guerra de posição, desempenhando as guarnições militares portuguesas (vários milhares de homens em alerta, na década de 1470) um papel crucial e ingrato, condenadas a um pesado imobilismo. O Norte de África obrigou Portugal a travar uma guerra de antecipação, de vigilância estática (por meio de atalhas e fachos), de espionagem, de domínio de pontos elevados, de golpes de mão (com ciladas, adais e batedores), de combinação de operações terrestres e navais, de zonas-tampão em torno das praças, uma guerra de saque e de troca de prisioneiros que os nobres apreciavam e que constituiu uma escola para o que se viria a praticar noutros cenários na centúria seguinte. Isto num tempo em que, no plano militar, grande parte da Europa avançava num sentido bem distinto. Pelo meio, D. Afonso V jogou ainda a cartada da expansão para leste, disputando o trono de Castela na Guerra da Sucessão. A derrota em Toro (1476), porém, liquidou as suas aspirações, após uma disputa que, entre 1475 e 1478, afetou trinta povoados fronteiriços, entre o Sabugal e Alcoutim. Até às campanhas

de imposição da autoridade filipina em Portugal, não haveria mais combates em território continental; a guerra ficava ao serviço da expansão ultramarina.

Cuidou-se antes de mais do domínio do mar. Com D. João II, tinha-se explorado tudo o que restava da costa ocidental africana, cabendo à Coroa promover as principais expedições e a Bartolomeu Dias abrir a porta para o Oriente. A feição militar da Expansão permanecia viva (bênção papal, estatuto de cruzada), mas o horizonte era agora muito mais vasto, com o desafio a jogar-se em quatro continentes, em especial após Tordesilhas (1494). Na viragem para o século XVI, Portugal tornou-se a primeira potência naval que o mundo conheceu e estendeu a sua influência pelos mares de metade do nosso globo: assegurou o domínio da navegação atlântica (carreira para as ilhas ou para o Brasil), garantiu a segurança dos navios que regressavam da Índia com recurso a uma armada estanciada nos Açores (base naval que esperava as naus da Carreira da Índia para as comboiar até Lisboa), dominou o estreito de Gibraltar e a costa portuguesa (com armadas de navios de guerra), patrulhou o oceano Índico (desde as costas da África oriental até ao acesso ao mar Vermelho e à vigilância da costa do Malabar) e garantiu a ligação marítima da Índia para Malaca (e daqui para o Extremo Oriente). Com escassas dezenas de navios de guerra atuando em simultâneo, foi possível impor,

num curto espaço de tempo, um mar português à escala mundial!

A eficácia desta aventura deveu muito às características dos navios portugueses, à sua versatilidade e à artilharia com que foram equipados. Logo nos inícios de Quinhentos, Portugal concebeu o primeiro navio europeu de alto bordo construído para a guerra no mar: a caravela redonda. Na década de 1520, surgiria o galeão, que tinha em relação às naus a vantagem de estar mais adaptado a uma função militar, dada a sua estrutura mais comprida e afilada e o tipo de velame que possuía. Mas as próprias naus, de muito maior tonelagem e, por isso, mais forte vocação comercial, seguiam artilhadas com três ou quatro dezenas de bocas de fogo, metade das quais de calibre pequeno e médio, na sua maioria fabricadas em bronze; este investimento, que podia representar entre um terço e um quarto do custo total de uma nau nova aprontada para navegar, permitiu imprimir a estes navios de carga de grande porte (os primeiros que a Europa conheceu adaptados à navegação oceânica) uma operacionalidade militar decisiva.

O domínio português do Índico pôde assim assumir, desde muito cedo, um carácter musculado. Se, em 1500, as naus de Pedro Álvares Cabral já iam preparadas para enfrentar desafios bélicos apreciáveis, dois anos mais tarde a segunda armada de Vasco da Gama pôs o Malabar a ferro e fogo. Daqui em diante, ficaria na Índia uma força naval para

ajudar a cumprir o projeto manuelino: dominar o comércio oriental, asfixiar a fonte de rendimento do islão, abater um dos sustentáculos do seu poderio e canalizar para Lisboa uma riqueza que estava então sediada no Médio Oriente. Quando saiu da capital, em 1505, em direção a Cochim, o primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida (1505-1509), levava consigo 14 naus e seis caravelas, uma frota modesta mas que transportava cerca de 750 bocas de fogo, três quartos das quais destinadas aos navios e o restante às praças-fortes. Ao mesmo tempo, o Oriente português foi-se cobrindo de uma rede de feitorias, de fortalezas e de estaleiros, que constituíram bases cruciais para apoio logístico e comercial. Expansão, lucro e poder militar caminhavam de mãos dadas.

Ao longo do século XVI, os portugueses terão travado perto de 420 combates navais, a maior parte deles no Oriente. O mais decisivo registou-se em 1509, ao largo de Diu, no qual D. Francisco comandou uma armada com cinco naus grandes, quatro naus pequenas, quatro caravelas redondas, duas caravelas latinas, um bergantim e duas galés, reunindo a bordo 1500 portugueses e 400 malabares de Cochim e de Cananor, tendo derrotado uma coligação formada pelo sultão mameluco do Egito, o governador de Diu e o samorim de Calecute. Nesta batalha, em que a artilharia desempenhou um papel importante, Portugal assegurou o poder sobre o Índico

GUERRA

e contribuiu para um duradouro domínio da Ásia pelos europeus.

A superioridade das forças navais lusitanas assentava numa conjugação de fatores técnicos, táticos e organizativos, e num compromisso feliz entre a capacidade de manobra dos navios e o poder de fogo da artilharia, manuseada por bombardeiros capazes. A experiência de operações anfíbias em Marrocos revelou-se útil, permitindo a forças com menos efetivos (embora mais bem equipados) obter resultados animadores.

Durante o governo de Afonso de Albuquerque (1509-1515), o poder naval foi reforçado, mas evitou-se a concentração de efetivos numa só armada, preferindo-se o modelo das esquadras mistas (navios à vela e a remos) estacionadas em fortalezas bem vigiadas, ao serviço de um Estado centralizado e monopolista. Porém, depois do Terrível, o equilíbrio entre navios de alto bordo e os pequenos navios a remos foi-se desfazendo, sobretudo quando as forças muçulmanas do Malabar e o samorim de Calecute passaram a optar por uma guerrilha naval, perto da costa e sem confrontos em mar aberto. As armadas portuguesas, num esforço de adaptação, foram incorporando pequenos navios locais, galés e outras embarcações a remos; no final do governo de Lopo Vaz de Sampaio (1526-1529), Portugal dispunha no Oriente de 14 galeões, seis caravelas, oito galeotas e 102 fustas e bergantins; crescia o fosso entre os navios de alto bordo e a remos, e os combates decidiam-

-se agora mais na base da abordagem, quase não havendo refregas decididas pela artilharia, o que aliás agradava à fidalguia e à soldadesca portuguesa na Índia: entre 1530 e 1565, em 45 operações militares navais, 34 decidiram-se por abordagem, sete por ataques anfíbios e apenas quatro com base na força bruta da artilharia. O número de bocas de fogo aumentou de 1072 (em 1525) para 1766 (em 1553), mas o potencial de tiro era menor, devido à proliferação das peças de pequeno e médio calibre, que equipavam os navios e as fortalezas.

Em meados do século, D. João de Castro (1545-1548) tentou reequilibrar as coisas e apostou na construção de caravelas polivalentes, mas a sua reforma não teve continuidade e, com isso, o poder naval da Coroa começou a acusar uma clara diminuição. Em 1571, mau grado a conquista de novas praças, D. Luís de Ataíde deixava na Índia 104 navios, dos quais apenas 14 eram de alto bordo, agora utilizados mais como suporte logístico das armadas de remos e das fortalezas. A tendência manteve-se até ao final do século XVI, com a artilharia a ser utilizada apenas quando a desproporção de forças tornava a abordagem inviável. Em 1575, na ilha das Naus, perto de Malaca, Portugal sofreu a sua primeira derrota no Índico num combate exclusivamente de artilharia. A falta de pessoal qualificado, a mentalidade da fidalguia e a estagnação na evolução técnica das naus e dos galeões tornariam os navios de alto bordo

portugueses cada vez mais pesados e lentos, o que, na viragem para o novo século, viria a constituir um tremendo desafio frente a armadas do norte da Europa (Holanda, Inglaterra) fortes em navios manobráveis e com artilharia precisa. Aos poucos, Portugal perderia o domínio do Índico e redirecionar-se-ia para o Brasil, agora já com um estatuto de potência regional mais conforme à escala lusitana, mas ainda assim suficiente para contrariar as tentativas de apropriação do espaço e navegação brasileiros pelas potências concorrentes (em especial a França e a Holanda).

Se foi o domínio do mar que permitiu a construção do império quinhentista português, este jamais se teria afirmado sem o esforço militar que foi levado a cabo em terra firme. Em África e no Oriente, e mais tarde no Brasil, foram construídas boas fortalezas, com diversidade arquitetónica e recurso a tranqueiras e a castelos de madeira. Em geral, privilegiou-se as zonas urbanas e litorais, onde o estabelecimento dos portugueses era mais intenso; em todo o século XVI, no Oriente, apenas se perdeu, em combate, a fortaleza de Chale (1571). A organização militar das fortalezas lusitanas no Oriente seguiu de perto o modelo norte-africano, com os capitães à cabeça, munidos de autoridade civil e militar e respondendo perante o vice-rei. As fortalezas dispunham de uma guarda, de bombardeiros e de recursos navais próprios, e incorporaram um elevado número de tropas locais. Os homens

que compunham as guarnições encontravam-se ligados ao capitão por uma relação pessoal, o que enfraquecia a já débil articulação com a administração do Estado e fomentava a indisciplina.

Desde os inícios do século XVI, a Coroa investiu em reformas capazes de modernizar o exército português e a sua orgânica, aproximando-a dos modelos que pontificavam na Europa (em especial na Espanha, em Itália ou na Suíça, onde preponderava uma infantaria que recordava a falange clássica). D. Manuel I (1495-1521) apostou a sério em África, com a construção ou compra de castelos em Agadir e em Mogador, a ocupação de Safim e a tomada de Azamor, tudo entre 1505 e 1513. O rei pretendia enredar o reino de Fez numa teia de fortalezas disseminadas pela costa, ter mão nos corsários e garantir a Portugal o acesso a lugares de interesse económico. Mas também houve reveses sérios, como o de 1515, em Mamora, onde a tentativa de erguer uma fortaleza levou à morte de milhares de portugueses, o que susteve o ímpeto conquistador do Venturoso.

Com D. João III, a política marroquina sofreu uma clara retração, forçada pela pirataria e pelas dificuldades financeiras. O rei ouviu os seus conselheiros e quis saber o que devia fazer com Marrocos. As respostas que recebeu foram contraditórias, mas traduzem a preferência da fidalguia da corte pelo Norte de África, relativamente ao Oriente. Ainda assim, D. João III ordenou o abandono de Safim

GUERRA

e de Azamor (1542), e mais tarde a desocupação de Arzila (1549) e de Alcácer Ceguer (1550). Das possessões portuguesas em Marrocos, apenas se mantiveram Ceuta, Tânger e Mazagão.

Conhecemos mal a dimensão das reformas militares de D. Manuel I e D. João III, mas elas apontam já para a constituição de companhias de ordenança à europeia, com predomínio da disciplina e do comando profissional sobre a velha tradição senhorial. Em 1512, Afonso de Albuquerque pediu ao rei a aplicação desse modelo na Índia, o que seria essencial para a execução do seu projeto centralizador mas acarretaria a veemente oposição da fidalguia. Sabemos também que, em 1526, no Porto, o capitão Cristóvão Leitão, que conhecia bem as guerras de Itália e a evolução que estava a desaguar no modelo espanhol dos terços (unidades de 3000 homens dirigidas por um mestre de campo e subdivididas em 12 companhias de 250 soldados cada, num total de 2300 piqueiros, 470 arcabuzeiros e 230 mosqueiros), andava a recrutar e a treinar milícias de infantaria segundo os preceitos modernos, que previam a formação de esquadrões quadrados de piqueiros e rodeiros cobertos nos flancos por mangas de atiradores com arcabuz ou com besta, completadas com cavalaria, quando esta existia. Nos anos seguintes, a ideia foi replicada em outros lugares do reino. Esta evolução, juntamente com a experiência adquirida na escola de Marrocos, ajudará a explicar o desempenho positivo

das forças portuguesas em algumas operações militares da primeira metade do século XVI. De entre estas, destacaremos: *i)* a defesa eficaz de Arzila durante o cerco de 1508, ainda sem artilharia pesada mas com seis espingardeiros e uma frota de socorro espanhola sob o comando do conde de Oliveto, onde se incluíam fileiras de soldados que, à maneira dos «suíços», sabiam executar a técnica do «caracol» (movimento de vaivém das filas de atiradores, para aproveitarem a pausa após cada descarga de fogo); *ii)* o cerco de Benastarim, em 1512, em que o próprio Albuquerque treinou, de pique ao ombro, ao lado dos soldados de infantaria que depois comandou num bem-sucedido ataque que implicou um combate aberto à europeia, com uma formação «em galé» (com piqueiros, arcabuzeiros e mosqueiros), bombardeamentos a sério e um cerco com todos os ingredientes; *iii)* a campanha de Cristóvão da Gama na Abissínia, em 1541-1543, em socorro das posições cristãs na região da atual Etiópia: nas batalhas travadas em Iarte, os portugueses mostraram saber fazer bom uso das armas de fogo e conhecerem bem a arte da guerra e os segredos de organização da «milícia», apesar de provirem da soldadesca média da Índia; sabiam formar colunas de marcha rigorosas, gerir uma logística complexa (24 carros de transporte), manobrar em caracol, combater em esquadrões guarnecidos por atiradores e defender dispositivos modernos (incluindo fortificações temporárias);

iv) o cerco de Diu, em 1546, em que D. João de Mascarenhas defendeu heroicamente a praça assediada até lhe chegar o socorro do próprio governador, D. João de Castro, que para o efeito preparara um grande exército terrestre e o treinara em Goa (segundo Diogo do Couto com réplicas de madeira da fortaleza sitiada e simulações da posição dos adversários). Claro que, nesta primeira metade de Quinhentos, também houve desaires importantes, como em Adém, em 1513, com o falhanço do primeiro cerco por falta de organização e, subsidiariamente, de atiradores, uma vez que poucos sabiam ainda manusear as armas que existiam nos armazéns, o que levou Albuquerque a impor um regime de treino dominical e a instituir prémios para os espingardeiros. Em Bulaluão (1514), na primeira grande batalha em campo aberto dos portugueses em África no século XVI, houve sinais de forte descoordenação, resultado do choque entre a tradição do ataque frontal a cavalo e as perseguições temerárias, por um lado, e, por outro, o paradigma propiciado pelas primeiras companhias de ordenança, que acabaram por garantir a vitória.

Entretanto, foi com D. Sebastião (1568-1578) que a Coroa procurou imprimir o grande salto qualitativo ao modelo militar português. O rei, considerando que o abandono das praças marroquinas não fora uma boa opção, tirou partido de uma conjuntura internacional favorável (vitória cristã em Lepanto, 1571) e

cedo se virou para Marrocos. Antes, porém, produziu legislação militar relevante, com uma Lei das Armas (1569) que previa a posse de cavalo e armas pelos súbditos em idade de combater e, sobretudo, com o Regimento das Companhias, de 1570, que organizava o reino em companhias de ordenança de 250 homens postos sob o comando de capitães, sargentos e alferes eleitos por oficiais da câmara e por gente da governança, subdivididas em esquadras de 25 vizinhos comandadas por um cabo. Este modelo parece ter-se inspirado no sistema espanhol ou no modelo do ducado de Saboia. Em 1571, D. Sebastião emitiu uma Provisão sobre os Oficiais de Fazer Limpar e Guarnecer Armas, estimulando a atividade dos armeiros em Portugal, nas ilhas e no Brasil, assim como uma lei sobre a forma como deviam andar armados os navios (esperava-se que os vasos mercantes passassem a andar armados e a incluir homens de guerra, consoante a tonelagem). Em 1574, perante o desconforto causado pelo Regimento das Companhias, o monarca promulgou uma Provisão sobre as Ordenanças, com o que procurou refrear os excessos dos capitães-mores e regulamentar a aquisição das armas de fogo. Por esta altura, já tinham sido também criadas companhias de ordenança na cidade do Porto, em 1568 (com 300 homens sob o comando de um capitão-mor que era o próprio alcaide) e em Lisboa, em 1569-1570 (com uma companhia por

GUERRA

freguesia, cada qual com 300 homens subordinados a um capitão).

Estas reformas não criaram um exército profissional e permanente em Portugal, nem puseram «a nação em armas», e suscitaram até reações muito adversas, quer no plano local (uma vez que a milícia era socialmente niveladora e punha em causa as hierarquias tradicionais), quer da nobreza (que temeu não poder continuar a gerir o recrutamento militar nas suas próprias terras). Produziu, no entanto, efeitos que entusiasmaram o monarca durante uma visita que fez ao Alentejo e Algarve em janeiro-fevereiro de 1573, onde acompanhou alguns alardos que mobilizaram c. 20 000 homens, em mais de 20 locais. O exército terrestre português, livre de guerra no seu território, procurava modernizar-se à maneira espanhola e italiana, mas fazia-o metendo o novo no velho, ou seja, servindo-se da velha matriz municipal medieval do cidadão-soldado para tentar enxertar nela um novo paradigma marcial. O rei chamou vários capitães saboianos para o ajudar, e o regresso de alguns veteranos contribuiu para sedimentar esta evolução: em 1573, Isidoro de Almeida (homem com muita experiência internacional) produziu o *Quarto Livro das Instruções Militares*, repleto de ensinamentos práticos dirigidos aos c. 400 capitães das companhias de ordenança.

O resultado desta evolução foi um pouco híbrido, como as experiências no terreno documentam: em 1562, apesar do con-

texto atribulado da regência de D. Catarina – finanças públicas em situação difícil, ameaças externas ao império, discussão sobre a forma de administrar a Índia –, Portugal obteve êxito assinalável na defesa de Mazagão, para onde enviou uma armada com perfis militares e socio-políticos heterogêneos mas que acabaria por resultar, graças a uma combinação feliz de armas brancas com artilharia pirobalística ligeira e engenharia militar. Já em 1568, em Mangalore, o ataque português, comandado pelo vice-rei Antão de Noronha e destinado a aliviar a pressão turca sobre Goa, foi mal conduzido, com Diogo do Couto a dar-nos conta da falta de ordem portuguesa, que permitiu um ataque noturno ao acampamento, falhas na cadeia de comando, precipitação no desembarque e uma entrada na cidade que combinou a manobra eficaz (em «roda-viva») dos arcabuzeiros com reveses nas ruas da praça, provocados pela indisciplina de uma tropa heterogênea, com muita gente inexperiente e mal treinada. No mesmo ano, D. Luís de Ataíde foi enviado para a Índia, com regimento para fazer ordenanças e assentar os homens em bandeiras.

Em 1574, D. Sebastião considerou ser vantajoso executar uma primeira operação africana, para testar as suas tropas. Quatro anos mais tarde, dar-se-ia a campanha de Alcácer Quibir, onde, apesar da participação do experiente sargento-mor espanhol Francisco Aldana, o sistema revelou as suas fragilidades: dificuldade

de recrutamento, plano de batalha mal cumprido, precipitação da manobra, deficiências de comando, retirada precoce, falta de entrosamento de uma hoste internacional volumosa mas heterogénea, alteração no estilo de combate a cavalo, etc. O desastre de Alcácer Quibir mostra que o sistema não tivera tempo para se consolidar e que a reforma sebástica – que tinha óbvias implicações políticas, em matéria de reforço do poder régio – não atingira o grau de profundidade suficiente para tornar um exército de matriz medieval numa máquina de guerra moderna. O novo modelo não suscitava consenso, a heterogeneidade dos cenários de guerra (África, Índia, Brasil) não facilitava a construção de um sistema comum, e a descontinuidade do serviço militar dificultava a assimilação. Não se construiu, durante a Expansão, uma arte da guerra portuguesa: foi-se dando resposta às necessidades e ambições, num ambiente de sincretismo favorecido pela deslocação de atores entre os vários palcos continentais (sobretudo entre a África e a Índia, como sucedeu com Camões), pelo quadro internacional em que se atuava (artilheiros flamengos, alemães, pilotos genoveses, infantess espanhóis) e pela própria diversidade e formas de combater dos adversários (negros da Guiné, muçulmanos e hindus da Índia, turcos, persas, chineses do Extremo Oriente, etc.). A ter existido uma matriz comum, ela terá sido proporcionada pela experiência marroquina: se descontarmos as implicações da nova

artilharia, esse modelo reconhece-se em muita da guerra praticada pelos portugueses no Oriente.

João Gouveia Monteiro

BIBLIOGRAFIA

- Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vols. I e II, 2003-2004.
- Domingues, Francisco Contento, *A Carreira da Índia*, Lisboa, CTT, 1998.
- Feio, Gonçalo Couceiro, *O Ensino e a Aprendizagem Militares em Portugal e no Império, de D. João III a D. Sebastião*, tese dout., UL, 2014.
- Matos, Jorge Semedo de, «Velas e remos no poder naval português no Índico», in *Revista de História das Ideias*, vol. 30, 2009, pp. 293-313.
- Monteiro, Armando Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vols. I-III, Lisboa, Sá da Costa, 1989-1992.
- Santos, João Marinho dos, *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa: Séculos XV e XVI*, Lisboa, CNCDP, 1998.
- Sousa, Luís Filipe Guerreiro da Costa e, *Escrita e Prática da Guerra em Portugal, 1573-1612*, tese dout., UL, 2013.

GUERRA JUSTA – A questão da guerra justa põe-se tecnicamente em sede dos chamados «títulos de aquisição territorial», nomeadamente aquele que é vulgarmente rotulado sob o título de aquisição por «conquista», e estende-se a todas as aquisições territoriais feitas *manu militari*, i.e., realizadas no termo de uma guerra que, pela perfeição ou valor jurídico dos requi-